

O CURSO DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIRAS (OS) DE ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SUZANO (SP): MODALIDADE PRESENCIAL¹

THE TRAINING COURSE FOR SCHOOL OF COUNSELORS IN THE MUNICIPALITY OF SUZANO (SP): CLASSROOM MODE

Cileda dos S. Sant’Anna Perrella

Rubens Barbosa de Camargo

Resumo

A formação de conselheiras (os) escolares insere-se no contexto da gestão democrática. Essa formação poderá trazer contribuições para a democratização da gestão das escolas e dos sistemas, tendo em vista tratar de questões de classe, gênero, etnia, geração, entre outras que interferem nas tomadas de decisão. Propusemos o Curso de Formação na modalidade presencial, com foco prioritário à comunidade externa à escola, através de oficinas realizadas entre 2005 e 2012. O objetivo é apresentar e discutir como se deu o desenvolvimento dessa construção. O curso revelou ser um espaço de diálogo e reflexão, de apresentação de demandas ao Poder Público.

Palavras-chave: Formação Política. Conselheiro de Escola. Política Educacional.

¹ Cileda dos S. S. Perrella é professora da Faculdade Zumbi dos Palmares, doutora pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), pós-doutoranda no Dep. de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atua como assessora técnica em Secretarias de Educação. Foi profª e coord. pedagógica da Rede Municipal de São Paulo (1983-2012). Foi assessora técnica da Equipe de Gestão Democrática da SME Suzano/SP (2007-2012). cileda.perrella@gmail.com

Rubens Barbosa de Camargo é Professor Doutor do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação (EDA) da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp). É Chefe do EDA/Feusp (2016 e 2018). Foi professor da Educação Básica na rede pública e privada em São Paulo (1978 a 1992) e professor do Departamento de Educação da UFSCar. Atuou na gestão da Secretaria Municipal de Educação do Município (SME) de São Paulo de 1989 a 1992. Foi secretário de Educação dos municípios de São Carlos/SP (2001) e de Suzano/SP (2005-2006). rubensbc@usp.br

Abstract

The training of school counselors is in the context of democratic management. This training may contribute to the democratization of the management of schools and systems, in order to address issues of class, gender, ethnicity, generation, among others that interfere in decision making. We proposed the Training Course in the face-to-face modality, with a priority focus on the community outside the school, through workshops held between 2005 and 2012. The objective is to present and discuss how the development of this construction took place. The course proved to be a space for dialogue and reflection, to present demands to the Government.

Keywords: Political Education. School Counselor. Educational Policy.

INTRODUÇÃO

Uma das dimensões das ações de extensão é a divulgação de conhecimentos acadêmicos desenvolvidos na universidade. Em termos dos saberes relativos à educação e à política educacional, algumas das principais temáticas estudadas dizem respeito à garantia e às múltiplas formas de realização do direito à educação e da gestão democrática do ensino público, conforme preconizado na Constituição Federal de 1988. Processos de participação em conselhos e colegiados, eleição de dirigentes escolares e representação livre diante de autoridades constituídas são alguns dos mecanismos que viabilizam a gestão democrática do ensino público. O texto apresentado registra uma ação da Secretaria Municipal de Educação do Município de Suzano/SP, desenvolvida a partir de oficinas realizadas entre 2005 e 2012 sobre formação de conselheiros e conselheiras de escola, com a perspectiva de valorizar e ampliar o processo de participação da comunidade (em especial dos pais, mães ou responsáveis pelos estudantes) nas escolas públicas da rede municipal de ensino.

Como muitos outros municípios brasileiros, Suzano² tem uma história de administração pública marcada pelo continuísmo, pela centralização do poder político-administrativo, o que pode ser verificado pela composição das diversas administrações que teve, com representantes que, mais preocupados com interesses privados, não davam ênfase à participação popular.

Em 2005, chegou ao Poder Executivo Municipal o candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT), prefeito Marcelo Cândido³, com a proposta de um governo democrático e popular. Na Secretaria Municipal de Educação (SME), as discussões desencadeadas pelo programa de governo mais amplo enfrentaram o desafio de serem implementadas diferentes propostas, em sintonia com a política educacional traçada para o município, pautada em cinco diretrizes: 1) democratização do acesso e permanência; 2) democratização da gestão; 3) melhoria da qualidade de ensino – por uma qualidade social da educação; 4) educação de jovens e adultos; 5) educação inclusiva.

No contexto das propostas voltadas à democratização da gestão da escola, a desnaturalização das relações de poder estabelecidas na sociedade e na escola – em que questões de classe, de gênero, étnico-raciais, de geração, de meritocracia, entre outras, adquirem natureza hierarquizante – e a necessidade de contribuir com o empoderamento das pessoas para as tomadas de decisão na escola e na sociedade constituíram o escopo do Curso de Formação de Conselheiros e Conselheiras de Escola (CFCCE), como uma das ações da política educacional do município de Suzano. Para a sua realização, foi fundamental a participação de educadoras, alunas e ex-alunas da graduação e da pós-graduação da Feusp, militantes de movimentos sociais.

² Suzano está localizado a 45 km da capital paulista, na região do Alto Tietê. Segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município tem 304.414 mil habitantes. Informações disponíveis em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/>>; <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>; <www.suzano.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 4 mar. 2011.

³ Eleito para a gestão 2005 – 2008 e reeleito para a gestão 2009 – 2012.

Partiu-se da constatação de que ações contraditórias às práticas democráticas são estabelecidas por intermédio de definições e encaminhamentos de situações pautadas por relações de poder existentes entre adulto e criança, funcionários e usuários, escola e comunidade, e mesmo na cisão que se apresenta entre o trabalho administrativo e o trabalho pedagógico da escola, em que a organização escolar separa seus objetivos e fomenta um perfil centralizador, autoritário e verticalizado de “administração”. Tais relações não estão dissociadas das práticas presentes e necessárias ao modo capitalista de produção, que necessita, para sua perpetuação, de seres passivos, obedientes, competitivos, individualistas, consumistas, insensíveis e excludentes. Reforçam-se, assim, na escola, bem como na sociedade, relações autoritárias em que dominantes impõem suas visões de mundo, em detrimento daquelas dos dominados (APPLE, 2006; FREIRE, 1975; 1979; 2001; PARO, 2008). Em que pese sua construção histórica, são relações que devem ser modificadas em busca de preceitos democráticos, uma vez que não dão conta de uma formação política para a prática democrática, para a cidadania, a qual deve ser pautada numa relação plena entre sujeitos.

Entende-se que também cabe ao Poder Público o comprometimento com propostas que contribuam para a superação da fragmentação do conhecimento que pauta o senso comum. Nesse sentido, desde o início da administração do município de Suzano, a proposta de elaboração e realização de cursos de formação política de conselheiros e conselheiras de escola fazia parte do rol de possibilidades de ações formativas e participativas da Secretaria Municipal de Educação (SME), voltadas à democratização da gestão escolar. No decorrer da elaboração do projeto de lei para a criação dos conselhos escolares do município e durante sua tramitação na Câmara Municipal, discutia-se na SME qual seria a proposta mais viável para o desenvolvimento dos cursos, considerando-se a função social da escola, seus integrantes como sujeitos históricos e sociais, o histórico do município, a necessidade de democratizar as relações e a expectativa depositada pela população no novo governo municipal quanto à participação popular nos diferentes espaços sociais e institucionais.

O referencial teórico utilizado para a realização das ações buscava a elevação da consciência ingênua à consciência crítica, enfatizada por Paulo Freire em seus diferentes estudos, em que o diálogo é fundante. Tendo como referência Antônio Gramsci (GRAMSCI, 1968; 1978), também se fez presente a preocupação com uma formação que levasse em conta a necessidade de se discutirem noções de direito e dever, de Estado e sociedade e do papel da educação para a transformação da escola e da sociedade, tentando estimular e preparar os interessados em exercer a função de governantes, buscando assim a superação do senso comum em educação e na gestão da escola pública. Em tal perspectiva, a questão da representatividade e da ação efetiva em espaços de participação institucionalizados, como o Conselho de Escola (CE), apresentava-se como desafio, tanto para a população quanto para a elaboração desse tipo de política pública educacional.

Entendia-se que não bastava a criação legal de espaços democráticos de participação como o CE (como foi feito pela Lei Municipal nº 3.973, de junho de 2005, que criou os Conselhos de Escola no município de Suzano) para que a democracia florescesse na escola; as discussões e as propostas foram no sentido de “semear a democracia na escola” a partir de diferentes ações, sendo o CFCCE uma delas.

O objetivo deste texto é trazer o panorama geral em que ocorreu a construção e o desenvolvimento do CFCCE da SME de Suzano. Diante do referencial teórico adotado, dos depoimentos coletados, do levantamento documental realizado junto à SME e da experiência vivida, pontuamos as questões pedagógico-administrativas que envolveram tal construção. Na sequência, apresentamos o panorama geral do curso, envolvendo sua organização e desenvolvimento, bem como algumas repercussões e considerações.

MATERIAIS, PESSOAL E MÉTODOS

Sobre o Curso de Formação de Conselheiros e Conselheiras de Escola:

a) *o ponto de partida:* num primeiro momento, a partir de um diagnóstico dos encaminhamentos políticos adotados pelo Poder Municipal até o ano de 2004 (praticamente inexistente com relação à gestão democrática do ensino), a proposta do CFCCE foi organizada, no primeiro semestre de 2005⁴, com base em relatos de membros da comunidade, de conselheiros e conselheiras de escola em diferentes unidades educativas, de integrantes da equipe de gestão da SME, de moradores e militantes políticos do município. Outros fundamentos para a elaboração da proposta diziam respeito às experiências e estudos e militância desenvolvidos pelos autores e pelas formadoras alunas e ex-alunas dos cursos de graduação e pós-graduação da Feusp e integrantes da equipe do Setor de Gestão Democrática da SME (constituída para implementar as ações sobre gestão democrática nas escolas e na rede municipal), em consonância com os princípios políticos que orientavam a política educacional municipal, e também tendo como base as pesquisas acadêmicas em diferentes perspectivas, envolvendo questões de classe, gênero, etnia, geração, participação nas escolas, entre outras, que convergiam sobre as dificuldades para a participação da população nas tomadas de decisão na escola e na sociedade.

b) *modalidades e turmas:* foram montadas duas modalidades de curso: o Módulo I, a partir de 2005, e o Módulo II, a partir de 2006. O Módulo I foi criado na forma de oficinas temáticas: classe; gênero; etnia; geração; orçamento público em suas interfaces com a escola e com as tomadas de decisão no CE. O Módulo II envolveu as oficinas temáticas: relações de poder na escola e na sociedade; relações de poder e indisciplina na escola; Associação de Pais e Mestres (APM) e CE; inclusão na escola; ciclos e avaliação escolares. As temáticas estavam associadas à preocupação de articular a democratização da gestão da escola com a atuação dos

⁴ Naquele momento, a SME não contava com os Cadernos Temáticos do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do Ministério da Educação, que vieram a ser publicados posteriormente, como um possível material de apoio.

conselheiros de escola frente às questões de natureza pedagógico-administrativa, conforme previsto em lei.

O Módulo I do CFCCE foi realizado no segundo semestre de 2005, no segundo semestre de 2006, uma vez em 2007 e duas vezes em 2008. O Módulo II foi iniciado no primeiro semestre de 2006, acontecendo alternadamente com o Módulo I. Mesmo com interrupções, devido às mudanças de quadros da SME, os dois módulos do curso tiveram continuidade até 2012.

De modo geral, cada turma era composta por 25 a 30 conselheiros e conselheiras, e aconteciam quatro turmas simultaneamente.

c) as inscrições: para o Módulo I do CFCCE, as inscrições eram realizadas na escola, com prioridade para a participação dos familiares dos estudantes, dado seu histórico distanciamento nas tomadas de decisão aí recorrentes. Tal estratégia teve como consequência a percepção de que diretores(as), professores(as) e demais funcionários(as) das escolas passaram a manifestar cada vez mais interesse em participar do curso.

A princípio, as inscrições para o Módulo II seriam priorizadas para quem tivesse participado das discussões do Módulo I, mas isso foi modificado em função de pessoas que, não tendo participado do primeiro, manifestaram interesse no momento de realização do segundo⁵. Depois, dada a complementaridade, mas não interdependência dos módulos, considerou-se para a inscrição o interesse do conselheiro ou conselheira em fazer um ou outro módulo no momento em que tivesse possibilidade.

4) infraestrutura: no início, o curso acontecia em escolas da rede identificadas como polos regionais. Em 2009, após a inauguração de um amplo espaço para atividades culturais, educativas e esportivas da SME chamado “Complexo Mirambava”, este passou a sediar os

⁵ Módulo II: em 2006, dados não computados. Em outubro de 2007, o total de participantes foi de 145, sendo 29 homens e 116 mulheres. Em agosto de 2008, participaram 91 pessoas, sendo 14 homens e 77 mulheres.

cursos, contando com transporte viabilizado pela SME, gratuito para os participantes moradores dos extremos da cidade, que também traziam suas crianças em diferentes situações.

As crianças eram acolhidas por uma professora de educação infantil, remunerada para atuar pedagogicamente e de forma lúdica com as crianças, enquanto suas mães, pais ou responsáveis faziam o curso. Garantia-se também transporte e almoço para os cursistas e crianças, como parte do planejamento das ações para a viabilização do curso.

Das seis formadoras do curso, quatro eram alunas ou ex-alunas do Programa de Pós-Graduação da Feusp, uma ex-aluna da graduação da Feusp e uma de outra universidade. Foram contatadas mediante conhecimento de suas trajetórias de militância política, produção acadêmica e ampla discussão sobre as abordagens temáticas desenvolvidas. Todas foram ou eram educadoras da rede pública de ensino do município de São Paulo, engajadas em questões sociais diversas, e uma delas era pesquisadora com experiência de atuação em CE. A intenção era que tais pessoas tivessem algumas características importantes do ponto de vista da formação política. Portanto, o fato de serem educadoras de rede pública, transitarem pelas discussões acadêmicas de pesquisa e extensão ligadas às temáticas das oficinas e terem certa vivência com movimentos sociais ou processos participativos que envolvessem questões de luta por direitos foram pontos considerados relevantes para a constituição da equipe.

A partir das reuniões ocorridas entre as formadoras e a equipe da SME, o Módulo I do CFCCE foi organizado com a preocupação de provocar reflexões sobre o que é ser cidadão e cidadã e como se perceber como sujeito de direitos, numa sociedade em que as desigualdades sociais e econômicas estão naturalizadas nos diferentes espaços da sociedade, inclusive na escola.

As contribuições de Paulo Freire (1975; 1979; 2001) entre outras, são de extrema valia para se vislumbrar tal formação. Com base nelas, compreendemos que a educação como ato político realiza-se na vida, na relação entre sujeitos mediados pelo mundo. Nesse contexto,

todos têm a ensinar e a aprender. Esse tipo de situação rechaça a relação de poder de uns sobre outros.

Nesse sentido, tinha-se o entendimento de que as temáticas abordadas nas oficinas estariam presentes na escola e na sociedade, com implicações diretas para a participação política das pessoas, bem como passariam a integrar diferentes posturas da comunidade frente às tomadas de decisão na escola. A preocupação das formadoras com a não dissociação entre forma e conteúdo a ser abordado na oficina esteve presente o tempo todo. Considerou-se que,

Qualquer que seja o caminho metodológico construído ou reconstruído é de suma importância atentar para o papel dos agentes mediadores no processo: os educadores, os mediadores, assessores, facilitadores, monitores, referências, apoios ou qualquer outra denominação que se dê para os indivíduos que trabalham com grupos organizados ou não. Eles são fundamentais na marcação de referenciais no ato de aprendizagem, eles carregam visões de mundo, projetos societários, ideologias, propostas, conhecimentos acumulados etc. Eles se confrontarão com os outros participantes do processo educativo, estabelecerão diálogos, conflitos, ações solidárias etc. Eles se destacam no conjunto e por meio deles podemos conhecer o projeto socioeducativo do grupo, a visão de mundo que estão construindo, os valores defendidos e os que são rejeitados. Qual o projeto político-cultural do grupo, em suma (GOHN, 2006, p. 32)

Havia o entendimento, entre as formadoras/mediadoras/animadoras, de que, antes e além de ser estudante, pai, mãe, diretor(a), professor(a), funcionário(a) da escola, somos seres sociais, temos uma identidade, somos fruto de construções sociais, sujeitos de direitos, incluindo, entre estes, o direito à participação e à tomada de decisões em espaços públicos.

Na realização das oficinas, a dinâmica deveria consistir, predominantemente, em círculos de debates com possibilidade de manifestação dos participantes (FREIRE, 2001), envolvendo simulações de práticas sociais e escolares, situações-problema, estudos de caso, rodas de conversa, vídeos de curta duração para debate, histórias de vida, problematização de contradições e desnaturalização de questões que envolvessem as hierarquias sociais e que

pudessem contribuir para maior interação entre os participantes. No curso estava prevista a participação de pessoas não alfabetizadas, portanto, levar todos(as) os(as) participantes a perceber o silêncio de muitos(as) e a manifestação da voz de poucos(as), presentes tanto no cotidiano escolar quanto na sociedade, fazia parte da proposta (FREIRE, 1979).

Definidas as oficinas e sua abordagem, foi confeccionada uma pasta para cada cursista, contendo cópia da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Plano Nacional de Educação (PNE), da lei municipal de criação do CE, do *Manual dos conselheiros e conselheiras de escola* (2005b) da SME, além de textos como poemas, letras de música, entre outros, conforme a oficina.

Para captar a manifestação dos(as) cursistas frente à postura da formadora e dos(as) colegas e ampliar a visão de como o curso estava sendo desenvolvido, a estratégia era, quando possível, além da formadora que desenvolveria a temática com o grupo, haver outra formadora fazendo os registros e observando as manifestações. As impressões captadas deveriam ser trocadas nos intervalos do curso, em reuniões sistematizadas entre formadoras e equipe da SME, ou quando se fizesse necessário.

A proposta do curso demandou intensos estudos e busca de embasamento teórico que não apresentasse contradições entre meios e fins, isto é, entre a teoria empregada e os meios adotados para o processo dessa construção.

As oficinas foram organizadas em blocos de quatro horas cada uma, perfazendo um total de 20 horas para o Módulo I e 24 horas para o Módulo II do curso. A organização e os debates pela pertinência ou não das abordagens ocorreram coletivamente entre equipe do setor de gestão democrática da SME de Suzano e o grupo de formadoras do curso.

A parte do orçamento da Educação foi desenvolvida nas primeiras etapas do curso, a partir de convite de estudiosos do assunto. Naquele momento, as dinâmicas do Orçamento Participativo (OP) realizados na cidade estavam em fase de organização e, depois de concluída

esta etapa, as questões do orçamento passaram para as dinâmicas do OP da cidade. No entanto, por vezes, o tema voltava a apresentar demanda para o CFCCE ao longo de suas realizações, geralmente quando a discussão envolvia a relação CE e APM, recebendo atenção nesses momentos.

No primeiro dia de oficina do curso, os conselheiros e conselheiras recebiam a proposta de uma atividade que consistia em observar a dinâmica escolar enquanto estivessem participando do curso; no último encontro, as observações, escutas, registros formais da escola, como cópias de atas de reuniões do CE (sem identificação do nome de escolas ou de pessoas), faziam parte do material a ser analisado criticamente por todas as pessoas presentes, devendo compor a elaboração de um plano de ação para cada agrupamento de conselheiros(as) de cada escola, com vistas a sua atuação naquele contexto. Nesse momento, eram retomadas as discussões atinentes às hierarquias sociais e seus reflexos e reproduções no cotidiano escolar, com consequências para a participação ativa⁶ na tomada de decisão na escola.

Quanto ao primeiro contato com o grupo, tanto no primeiro módulo quanto no segundo, as formadoras observaram que a identificação do nome de cada conselheiro(a) em um papel sulfite na frente de sua carteira ou em papel adesivo em seu peito ajudava a comunicação entre as pessoas, que se referiam umas às outras diretamente pelo nome, o que contribuiu para a familiarização e o entrosamento dos(as) participantes de cada grupo. A forma desse primeiro contato era de fato relevante, considerando que, após quatro horas de trabalho, o(a) conselheiro(a) já se percebia integrado a um grupo e teria um parâmetro de como seria a comunicação e a dinâmica do curso, desmontando a ideia de um curso “escolarizante”, com necessidade de se anotar o tempo todo, com palestras e apostilas para estudar os temas. As dinâmicas eram permeadas por novidades e momentos de descontração.

⁶ Aqui entendida como política, com poder de tomada de decisão.

Na última oficina do Módulo I, a temática da gestão democrática e a atuação de conselheiros e conselheiras de escola era a mesma para todas as turmas e consistia na retomada das questões desenvolvidas nas oficinas anteriores, na reflexão crítica sobre a prática de todos(as) na escola frente aos desafios evidenciados nos debates, culminando com a elaboração de um planejamento de ações, elaborado coletivamente pelos conselheiros e conselheiras (por escola ou região), conforme proposta acordada no primeiro dia do curso.

Após o encerramento do Módulo I, as formadoras, junto com a equipe do setor de Gestão Democrática da SME, fizeram o levantamento das expectativas e dos resultados dos(as) cursistas e, com as sugestões e críticas em mãos, dando continuidade ao Módulo I, foi estruturado o Módulo II do curso para o ano de 2006; contando com a mesma equipe de formadoras – que continuou atuando desde o Módulo I, porém, já com mudanças da equipe de gestão da SME –, os conselheiros e conselheiras puderam fazer suas inscrições para o Módulo II. Também foram destinadas quatro horas para cada oficina, perfazendo um total de 24 horas. O primeiro dia foi igual para todas as turmas, voltado à discussão sobre as temáticas: “a sociedade que temos e a sociedade que queremos”, bem como “a escola que temos e a escola que queremos”. As demais oficinas discutiram; relações de poder e indisciplina na escola e sua implicação para a gestão democrática escolar; a não dissociação entre ciclos e avaliação escolares e a gestão democrática da escola; a articulação entre a questão da inclusão e o papel do ECA; e, finalmente, a participação da comunidade na escola, em colegiados como a APM e o CE⁷.

O último dia de oficina do Módulo II, como no Módulo I, ficou reservado para retomada e ênfase do que fora discutido anteriormente, leitura e levantamento de facilidades e dificuldades atreladas às atribuições do(a) conselheiro(a) de escola, conforme previsto no *Manual dos conselheiros e conselheiras de escola* (SUZANO, 2005b), e atividades em grupo,

⁷ O Módulo III foi elaborado em 2011, num esforço de síntese dos módulos anteriores, envolvendo a relação escola/comunidade, que perpassou as diferentes discussões sobre o público e o privado, direitos e a relação com o orçamento/APM/CE.

com a proposta de problematização e superação do senso comum quanto aos encaminhamentos adotados pela escola no tocante à elaboração das prioridades constantes nas pautas de reuniões, sobre a coordenação das reuniões de CE e APM e aos registros das atas das reuniões, com especial atenção para a percepção de como aparecem as vozes dos segmentos nesses registros.

Após o último dia do curso, com significativo sentido simbólico, realizou-se a entrega formal de certificados para os conselheiros e as conselheiras, em clima de festa alegremente preparada para o evento, a qual contou com a presença dos(as) cursistas e de seus familiares, de grupos de crianças apresentando atividades culturais, das formadoras, do secretário de Educação e equipe da secretaria, de secretários e assessores de governo e do prefeito. Houve o discurso emocionado de representantes de cada turma do curso, bem como um breve pronunciamento do secretário de Educação e do prefeito. O curso recebeu destaque na imprensa local nos vários anos em que ocorreu.

RESULTADOS

Considerando que educação é processo, é nesse sentido que apresentamos os resultados. Há registros de conselheiros e conselheiras que fizeram o mesmo módulo do curso por várias vezes. A título de exemplo, há o caso de um conselheiro de escola que fazia o Módulo I pela terceira vez e que, ao ser questionado sobre o que o levava a fazer tantas vezes o mesmo módulo, comentou que, como estava desempregado e sua esposa estava trabalhando, e como havia gostado muito, resolvera fazê-lo repetidamente, na expectativa e possibilidade de discutir os mesmos assuntos com outras e mais pessoas, por isso decidira participar pela terceira vez.

Ao longo do curso, era comum a participação de mães que não sabiam ler nem escrever em atividades com grupos compostos também por diretores(as) e professores(as). A maioria delas dizia ser aquele o primeiro contato com os temas propostos. Também merece menção o

caso de uma senhora que veio no primeiro dia do curso acompanhada de seu filho, de cerca de 10 anos de idade, alegando não ser alfabetizada e, caso fosse necessário ler ou escrever alguma coisa, seu filho a ajudaria. O interessante é que no decorrer do curso o jovem participou ativamente durante os debates.

Algumas situações peculiares foram registradas, como o caso de uma conselheira de escola, liderança de uma comunidade de bairro, que, diante da necessidade de faltar num período do curso para estar em outra ação de participação popular envolvendo a questão da moradia, enviou seu marido para representá-la e assumir o compromisso de transmitir-lhe tudo o que ocorresse no curso.

Por vezes, grupos de mães ou professoras de uma escola inscreviam-se em bloco, alegando querer formação e informação para atuar no sentido de mudar a lógica de mando, centralismo e autoritarismo estabelecida na escola. Um exemplo foi o de um grupo de seis pessoas da mesma escola que veio participar do curso dizendo sentir necessidade de fortalecimento para a adoção de posturas coletivas em vista dos encaminhamentos autoritários adotados pela direção da escola em que trabalhava.

Em outra perspectiva, alguns(umas) diretores(as) passaram a participar do curso dizendo buscar mais elementos para sua atuação com a comunidade escolar, frente aos desafios de atuar em consonância com o princípio da democratização da gestão escolar. Também houve situações em que o(a) conselheiro(a) dizia ter-se inscrito por encaminhamento da direção da escola.

Durante o curso e ao término dele, os participantes registraram sugestões de outros assuntos de interesse para uma possível continuidade do processo formativo. Em uma das atividades desenvolvidas, que apresentava uma pergunta cujo objetivo era proporcionar a manifestação das inquietações dos conselheiros e das conselheiras para o exercício da voz nas escolas, ao responder o questionamento várias demandas e sugestões foram apresentadas pelos(as) conselheiros(as):

- a) Como abordar o Conselho na discussão dos problemas da escola, sobre o que foi discutido no curso?
- b) Qual a maneira correta de disciplinar alunos que transgridem as regras da escola?
- c) Qual a influência da mídia na vida das crianças?
- d) De que modo vivenciar situações que possam vir a acontecer no ambiente escolar em relação aos alunos, professores, funcionários e comunidade?
- e) Como superar o vandalismo nas escolas?
- f) Como enfrentar o preconceito (não só o racial, mas também pelos deficientes)?
- g) Como gastar o dinheiro da conta-escola? O gasto é consultado ao conselho?
- h) Como esclarecer sobre o papel da APM?
- i) Como o conselho pode ser mais atuante?
- j) Como incentivar os pais a participar da escola?
- k) Quais os direitos, deveres dos conselheiros e do grupo escolar?
- l) Como a gente poderia se comportar na frente da comunidade, todos os assuntos podem ser comunicados?
- m) Quais orientações sobre o uso indevido de drogas, abuso sexual, estatuto da criança e do adolescente, educação para crianças com necessidades especiais?
- n) Aulas sobre educação sexual, religião, drogas, preconceito racial, deficiência de todos os tipos;
- o) Quais os assuntos de inspetor (cuidado com as crianças)?
- p) Falar mais sobre consciência negra, preconceito e racismo;
- q) Até aonde vai o poder do conselheiro de escola? Qual o limite dele?
- r) Regimento do conselheiro de escola em forma de lei (estatuto);
- s) Plano de intercâmbio entre conselhos e Conselhos de Escola;
- t) Fórum específico de conselheiros;
- u) Falar sobre educação, que é muito importante e nunca se fala;
- v) Conhecer mais sobre o ensino nas escolas;
- w) Relação idade-série dos alunos;
- x) Educação e inclusão;
- y) Como tratar sobre alunos especiais, pois professores e escolas estão mal preparados sobre o tema?
- z) “Renda” escolar, o repasse deveria ser mensal e maior;

- aa) Crianças e adultos deficientes;
- bb) O preconceito e as dificuldades de locomoção (SUZANO, 2005a, p. 2)

As respostas apresentadas, boa parte na forma de novas questões, foram discutidas pela equipe da SME com as formadoras e consideradas na estruturação da continuidade do Módulo II do CFCCE. Isto é, foi a partir da repercussão do Módulo I e da visível abertura do debate sobre educação, sociedade e cotidiano escolar por ele proporcionada que surgiram solicitações para a continuidade e ampliação do curso.

Acrescenta-se, ainda, a esse panorama o fato de que alguns(umas) conselheiros(as) chegaram a protocolar, junto à SME e mesmo à Ouvidoria Pública de Suzano, solicitação de esclarecimentos quanto a encaminhamentos adotados pelas escolas, a seu ver questionáveis, envolvendo práticas que consideravam inadequadas na relação com as crianças, no uso indevido de verbas, entre outros assuntos em que direitos à educação estavam ameaçados.

DISCUSSÃO

Foram registradas críticas aos Módulos I e II, tais como: o limite de vagas para os participantes por escola; o pouco tempo destinado a discussões tão interessantes; a falta de participação de diretores(as) de escola nos cursos; muitas ações participativas acontecendo no município num mesmo dia e hora, gerando ansiedade dos cursistas, que gostariam de participar também de outras ações, como reuniões do OP, por vezes acontecendo no mesmo prédio, entre outras. Tal situação também gerava dificuldade de acompanhamento e administração das ações por parte da equipe de gestão da SME, que, no momento, tentava dar conta da supervisão da infraestrutura para que nada faltasse. O número reduzido de integrantes da equipe – ora dois,

ora três – tinha como desdobramento a dificuldade de se ter uma sistemática dos registros das atas de todos os encontros.

Segundo depoimento das formadoras e da SME, as pessoas manifestaram muito interesse pelo curso, dizendo estar num processo de descoberta. No dizer das formadoras:

Percebeu-se a manifestação de apreensão, vontade de querer saber quem eram aquelas pessoas, que histórias de vida traziam (Formadora A);

Em especial os familiares das crianças, mães e funcionários(as), mostraram-se muito receptivos(as), interessados(as) e abertos(as) às discussões que, por vezes, tocavam na desconstrução de algumas “certezas” do senso comum. Alguns(umas) estavam fazendo o curso pela 2ª ou 3ª vez por vontade própria (Formadora B);

Foi com certa ansiedade e bastante curiosidade de ambas as partes. As(os) conselheiras(os) foram sempre muito receptivas(os) com relação ao curso e às(aos) formadoras(es) e organizadoras(es) desde o início do curso. O grande envolvimento ficava evidente até no momento final, nas “formaturas” organizadas, nas falas das(os) oradoras(es), na emoção de todas(os) nós. (Formadora C) (caderno de campo da autora)

Para as formadoras, era clara a importância da realização de um processo que contestasse a educação bancária, para que fosse possível, por intermédio do curso, abrir mais um espaço de diálogo, em que cada detalhe era relevante: a forma de se apresentar entre os cursistas; a disposição do mobiliário no espaço da sala; o cuidado com palavras inibidoras; um número de participantes que viabilizasse o contato mais próximo entre as pessoas; a forma de recepção/acolhimento das conselheiras e dos conselheiros; a identificação de seu nome em letras grandes para que, sempre que alguém se referisse a ele(ela), chamasse-o(a) pelo nome; entre outros.

Para o conselheiro Humberto⁸, que participou de todas as etapas do curso e dos dois módulos, o curso era muito bom e possibilitou aprender diferentes coisas, por isso participou de todos.

Quanto à estrutura montada para que a ação fosse realizada, o relato dos próprios cursistas demonstra seu grau de importância. A conselheira Ana assim relata:

Levava a minha menina. Muitas coisas que você quer participar, não pode se não tem como levar. Eu ia e ficava tranquila, ela estava com atividade, eu podia sair e dar uma olhadinha, bem, eu ficava bem tranquila. Foi muito bom. Muita mãe aproveitou. Tinha muita criança lá (SUZANO, 2006, p. 3).

Por meio do curso de formação, os conselheiros também trouxeram demandas para a política educacional:

- a) Questionaram a verba a ser viabilizada para a escola por quantidade de aluno e não por necessidade da escola;
- b) Solicitaram autonomia para a escola angariar verba;
- c) Pediram mais segurança nas escolas;
- d) Reivindicaram a obrigatoriedade de diretores(as) fazerem pelo menos um módulo do curso;
- e) Questionaram a falta de papel higiênico nas escolas;
- f) Propuseram a revisão da situação das crianças consideradas “indisciplinadas”, registradas no “livro preto”⁹.

Ao serem perguntadas sobre qual é o desafio do CE, três turmas responderam:

[...] fazer reuniões com os pais pelo menos duas vezes ao mês; a participação dos pais no orçamento participativo (turma I); trazer os pais junto com a escola, principalmente para participar do conselho; tornar mais conhecido o conselho na comunidade, conquistando a confiança dos pais em geral, relativo aos problemas da escola (turma II); participar do conselho para saber o que se passa dentro da escola (turma III) (SUZANO, 2006, p. 3).

⁸ Os nomes de conselheiros, conselheiras e formadoras utilizados no texto são fictícios.

⁹ Livro criado em algumas escolas para fazer anotações de atitudes dos estudantes consideradas inadequadas por professores(as), funcionários(as) e direção da escola.

Como elementos facilitadores à democratização da gestão da escola, as turmas indicaram: a existência do CE; a divulgação, pelos(as) diretores(as), dos gastos da escola; a comunicação dos(as) professores(as) com os familiares; os recursos que chegam à escola; e o acesso ao diálogo. Já como elementos dificultadores para a democratização da gestão, listaram: a má vontade de funcionários(as) em conceder certas informações; pais e mães que não participam; falta de informações para os representantes do conselho. Para superar tais dificuldades, sugeriram: projetos para incentivar os familiares na busca de alternativas para a melhoria da escola; mais propaganda e comunicação do CE; melhora no diálogo; mudança da situação por meio da participação e da análise de diferentes pontos de vista.

Quando se questionou sobre quem está envolvido nesse processo, as respostas foram:

[...] os representantes do município, os governantes, a população, o Conselho de Escola, a direção da escola, e principalmente os alunos (turma I); os pais e mães dos alunos, a comunidade, professores, funcionários e todos juntos que formam o Conselho de Escola (turma II); todos, escola, conselho e comunidade (turma III) (SUZANO, 2006, p. 2)

No processo de avaliação, ao final do Módulo I, um agrupamento assim se expressou: “São assuntos sérios e importantes para as nossas crianças; poderá influenciar a formação de nossas crianças para o resto da vida; são assuntos delicados [...]” (SUZANO, 2006, p.2).

Trata-se de manifestações de forte preocupação com o que acontece na escola. A solicitação apresentada no item “u” (da subseção 3 Resultados), para se “falar sobre educação, que é muito importante e nunca se fala”, é ilustrativa e revela a importância de espaços que se apresentem com possibilidade de formação política. Tal solicitação coloca-se quase como um apelo para se discutir o que é central em educação: a própria educação, entendida como

balizadora, orientadora, articuladora de todas as demais discussões que envolvem crianças, adolescentes e adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferentes informações apresentadas sobre o CFCCE da SME de Suzano, as manifestações de conselheiros e conselheiras e de formadoras ilustram apenas o início de um processo formativo em construção, com muitas possibilidades de reorganização, reestruturação, encaminhamentos e possibilidades de articulação com outras propostas formativas.

Nesse sentido, as diferentes ações desencadeadas pela SME na perspectiva da formação política trouxeram nova dinâmica para a Rede Municipal de Ensino do Município de Suzano. Passou-se a contar não só com os trabalhadores da escola como também com os familiares, nos espaços democráticos de participação criados com o governo do PT em Suzano, trazendo suas inquietações, questionamentos, sugestões, opiniões, concordâncias e discordâncias em relação aos encaminhamentos adotados pela administração, manifestando a questão do pertencimento aos espaços públicos, na busca da melhoria da qualidade do atendimento na escola, bem como contribuindo para evidenciar as contradições presentes em processos dessa natureza.

Em seu conjunto, as ações apresentadas exigiam articulação entre si, inclusive para o desencadeamento de outras ações tão necessárias à prática democrática, como o protagonismo infanto-juvenil, a eleição de diretores de escola, a elaboração do projeto político-pedagógico e do regimento escolar com a comunidade educativa, entre outras, passando, em certa medida, a compor o replanejamento das ações da própria SME.

A prática democrática exige que todos sejam ouvidos quanto a seus anseios e expectativas, sugerindo investimento, por parte do Poder Público, para atendimento e continuidade desse processo. Isto deveria ocorrer independentemente das mudanças de

secretários e equipes dos setores da SME de Suzano, uma vez que tais ações se apresentam em consonância com o amparo legal na busca da garantia do direito à educação de qualidade para todos, em que a participação política é de extrema valia.

É importante destacar que a apresentação desse processo não objetiva ser receituário, tampouco colocar-se como único exemplo de ações dessa natureza; antes pretende somar-se às diversas experiências desenvolvidas Brasil afora, tendo a convicção da importância do compartilhamento de ações construídas coletivamente, norteadas pela pedagogia freireana, em que todos são considerados aprendentes desse tipo de pensar e agir pedagógico, para a construção de um país verdadeiramente democrático.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2006.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GOHN, M. da G. M. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

PARO, V. H. **Educação como exercício de poder**: crítica ao senso comum em educação. São Paulo: Cortez, 2008.

SUZANO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Ata registro do Curso de Formação de Conselheiros e Conselheiras de Escola**. Suzano, 2005a.

SUZANO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Ata registro do Curso de Formação de Conselheiros e Conselheiras de Escola**. Suzano, 2006.

SUZANO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Manual dos conselheiros e conselheiras de escola**. Suzano, 2005b.